

Presidente quer ajuste provisório

PORTO E BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que a sociedade brasileira tem que compartilhar as consequências do ajuste fiscal, sob pena de arcar com aumento da carga de impostos para que o país faça frente ao desequilíbrio das contas públicas. O presidente reforçou declarações do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que, em entrevista a um jornal paulista, disse que a sociedade deve ter claro o dilema entre cortes de gastos ou aumento de impostos. Fernando Henrique Cardoso, que embarca pela manhã para Brasília, confirmou a manutenção do economista Pedro Malan no cargo de ministro da Fazenda.

Ele garantira no sábado não ter conhecimento de detalhes do pacote fiscal que a equipe econômica lhe apresentará na volta ao Brasil, embora tenha adiantado que não haverá aumento do Imposto de Renda. Fernando Henrique admitiu a elevação de 0,25% para 0,3% da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

pelo Congresso. O presidente manifestou a expectativa de que o ajuste fiscal será provisório, até o país fazer a reforma tributária.

Encontro - Amanhã, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Paulo Paiva, terão encontro com o presidente para detalhar os cortes de gastos e aumentos de impostos. Entre as medidas dadas como certas está, além do aumento da CPMF, a tributação de instituições financeiras. O governo ainda estuda o aumento da contribuição previdenciária paga pelos servidores federais, hoje em 11%. Os aposentados também poderão ser atingidos, voltando a recolher uma contribuição à Previdência Social, conforme admitiu o próprio presidente Fernando Henrique.

O objetivo das medidas é promover um ajuste nas contas públicas que permita ao governo atingir a meta estabelecida para este ano, de superávit primário de R\$ 8,7 bilhões, e para o ano que vem, de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde a R\$ 22,5 bilhões.